

ADVOGADO

Data: 15/07/2012
Duração: 4 horas e 30 minutos

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e 3 (três) questões para a Prova Discursiva:

Português	Noções de Informática	Conhecimentos Específicos	Discursiva
01 a 10	11 a 15	16 a 50	3 questões

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** da Seleção Pública o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 3 horas e 30 minutos de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

DE FORMAÇÃO DE OPINIÃO

Não, não vou falar da moça que estava no Canadá, cujo nome não digo para não me aliar ao tam-tam dos tambores da floresta. O que pode nos interessar é a frase emitida pela agência que cuida da sua imagem – sim, já tem agência – dizendo que sua agenciada vai se “posicionar como a formadora de opinião que tem potencial para ser.” E qual é o potencial necessário para ser formador de opinião? No passado, a carteirinha de formador de opinião só era dada em função da sabedoria. Ouviam-se os sábios. Não havendo sábios disponíveis, ouvia-se, emitida pelos mais velhos, a voz da experiência. Um certo saber era necessário, fosse ele específico ou generalizado.

Depois, deixou de ser. Nos anos em que trabalhei em publicidade, fiz várias campanhas imobiliárias com atores. Sempre os mais famosos, os que estavam nas telas da TV. Nenhum deles entendia coisa alguma do mercado de imóveis ou sequer pediu que lhe fosse mostrada e explicada a planta dos apartamentos que estava ajudando a vender. Ainda assim, sua presença era uma garantia de sucesso. Para formar a opinião alheia não é necessário sequer ter uma opinião própria relevante. No lugar da sabedoria entrou a imagem. A imagem não é a pessoa. A imagem não precisa sequer corresponder exatamente à pessoa. A imagem é um replicante, construído, às vezes com grande técnica, a partir da pessoa. Como é, então, que acreditamos nas recomendações feitas por alguém que, em termos de gente, é o equivalente a uma bolsa Vuitton vinda do Paraguai?

O mecanismo é fascinante. Se queremos uma opinião jurídica, procuramos um advogado; se queremos uma opinião de saúde, procuramos um médico; e para opinar sobre o projeto de uma ponte fazemos recurso a um engenheiro. Mas na hora de comprar um apartamento ou um carro, dois projetos de peso que empenham parte relevante do nosso orçamento, deixamos que nossa opinião seja formada por uma imagem, um quase fantasma. E seguimos o gosto de fantasmas na compra do sabonete, na preferência por uma marca, na escolha do esmalte de unhas. Não sei se Lilia Cabral já fez publicidade de massa de rejunte para azulejos ou de válvula para descarga de banheiro, sei porém que seria um sucesso, embora todos estejam cientes de que não é ela quem entende de obra e de material de construção, é Griselda, e Griselda só existe na novela e no imaginário das pessoas.

Então, o que forma opinião não é sequer a imagem. É a ação da imagem sobre o imaginário. No fim das contas, tudo se passa na nossa própria cabeça. E o que os marqueteiros fazem é estudar nossa cabeça – não uma por uma, porque isso roubaria o mercado de trabalho dos psicanalistas, mas por amostragens – para criar imagens conformes a ela e aos desejos que a habitam, imagens que aceitaremos de braços abertos, implorando por suas opiniões. E a sabedoria, onde fica? Se não vier em roupa de gala, se não avançar no *red carpet*, se não for muito alardeada antes e durante por todas as mídias sociais e nem tanto, se não estiver no Canadá, coitada!, ninguém a quererá, ninguém dirá para ela ai se eu te pego! Bem pensa Carlinhos Brown, que, no discurso para o possível Oscar, dirá às crianças que não copiem seus ídolos, porque “o conhecimento não está nos ídolos. Ídolo cuida de sua carreira (...). Escutem seus pais!”.

Marina Colasanti, (Estado de Minas, 09/02/2012)

01. No texto, parte-se do pressuposto de que:

- A) os fenômenos instantâneos de sucesso impedem a consolidação de ídolos
- B) a perda atual de referências familiares gerou aumento do consumo infantil
- C) o ensino superior vem oferecendo formação insuficiente aos especialistas
- D) as imagens midiáticas suplantaram o conhecimento nas referências sociais
- E) os psicanalistas substituíram aos marqueteiros na análise do imaginário

02. No terceiro parágrafo, o exemplo de publicidade de material de construção sustenta a seguinte ideia:

- A) reforçar a tese de que apenas atores famosos promovem a venda de produtos cotidianos
- B) demonstrar a preponderância das imagens difundidas sobre as pessoas que as representam
- C) explicitar a vasta experiência da autora no ramo da publicidade, antecipando um comercial
- D) refutar a imagem negativa de atores conhecidos, proveniente da competição com os novos
- E) contrapor o sucesso instantâneo de pessoas comuns à influência de atores consagrados

03. “Não havendo sábios disponíveis, ouvia-se, emitida pelos mais velhos, a voz da experiência”. No período destacado, a primeira oração expressa em relação à seguinte o valor semântico de:

- A) condição
- B) causa
- C) consequência
- D) concessão
- E) modo

04. “Como é, então, que acreditamos nas recomendações feitas por alguém que, em termos de gente, é o equivalente a uma bolsa Vuitton vinda do Paraguai?”. O uso da 1ª pessoa do plural, nesse trecho, provoca o efeito de:

- A) imprimir um tom estritamente impessoal ao texto dissertativo
- B) circunscrever a narrativa a experiências particulares da autora
- C) atenuar crítica por meio de estratégia de aproximação com o leitor
- D) estabelecer referência exclusiva ao enunciador e seu leitor
- E) demonstrar modéstia da autora a partir de plural aparente

05. Os verbos regulares são aqueles que apresentam radical invariável e suas terminações são coincidentes com a maioria dos verbos da mesma conjugação. A alternativa em que os verbos são regulares é:

- A) “O que pode nos interessar é a frase emitida pela agência”
- B) “Não sei se Lilia Cabral já fez publicidade de massa de rejunte”
- C) “ninguém a quererá, ninguém dirá para ela ai se eu te pego!”
- D) “Se não vier em roupa de gala, se não avançar no *red carpet*”
- E) “para criar imagens conformes a ela e aos desejos que a habitam”

06. “E seguimos o gosto de fantasmas na compra do sabonete, na preferência por uma marca, na escolha do esmalte de unhas”. O uso das vírgulas nesse trecho justifica-se corretamente por marcar o seguinte fato:

- A) sequência de termos coordenados
- B) intercalação de adjunto adverbial
- C) inclusão de termo explicativo
- D) elipse de elemento verbal
- E) fronteira entre orações subordinadas

07. “sequer pediu que lhe fosse mostrada e explicada a planta dos apartamentos”. Nesse trecho, a palavra “que” é conjunção integrante, pois inicia uma oração substantiva. A mesma classificação ocorre em:

- A) “Não, não vou falar da moça que estava no Canadá, cujo nome não digo”
- B) “deixamos que nossa opinião seja formada por uma imagem, um fantasma”
- C) “Nos anos em que trabalhei em publicidade, fiz várias campanhas imobiliárias com atores”
- D) “alguém que, em termos de gente, é o equivalente a uma bolsa Vuitton”
- E) “dois projetos de peso que empenham parte relevante do nosso orçamento”

08. “Ainda assim, sua presença era uma garantia de sucesso”. Um exemplo de voz verbal idêntica à do fragmento anterior ocorre em:

- A) “A imagem não precisa sequer corresponder exatamente à pessoa”
- B) “nossa opinião seja formada por uma imagem, um quase fantasma”
- C) “se não for muito alardeada antes e durante por todas as mídias sociais”
- D) “ouvira-se, emitida pelos mais velhos, a voz da experiência”
- E) “a carteirinha de formador de opinião só era dada em função da sabedoria”

09. O termo destacado está adequadamente substituído por um pronome oblíquo em:

- A) fiz várias campanhas imobiliárias / fiz-las
- B) procuramos um médico / procuramo-no
- C) seguimos o gosto de fantasmas / seguimos-lhe
- D) ter uma opinião relevante / tê-la
- E) roubaria o mercado de trabalho dos psicanalistas / roubaria-lhe

10. A palavra “construído” recebe acento gráfico pelo mesmo motivo que a palavra:

- A) mídia
- B) saúde
- C) sábios
- D) disponíveis
- E) imaginário

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Observe a planilha abaixo, no *Calc* do pacote *BrOffice.org 3.0*.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

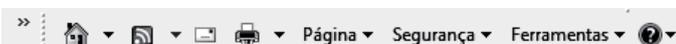
Nessa planilha foi inserida uma expressão em G4 que mostra uma mensagem, baseada no quadro a seguir.

Leitura	Consumo
menor que 200	baixo
maior ou igual a 200 e menor que 400	médio
maior ou igual a 400	alto

Para finalizar, a expressão inserida na célula G4 foi copiada para G5, G6 e G7. Como consequência, em G7 foi inserida a seguinte expressão:

- A) =SE(F7>=400;"alto";SE(F7<200;"baixo";"médio"))
- B) =SE(F7>=400;"alto";SE(F7<200;"médio";"baixo"))
- C) =SE(F7>=400;"baixo";SE(F7<200;"alto";"médio"))
- D) =SE(F7>=400;"médio";SE(F7<200;"alto";"baixo"))
- E) =SE(F7>=400;"médio";SE(F7<200;"baixo";"alto"))

12. Observe, abaixo, a figura que mostra um recurso existente no browser Internet Explorer 9 BR.



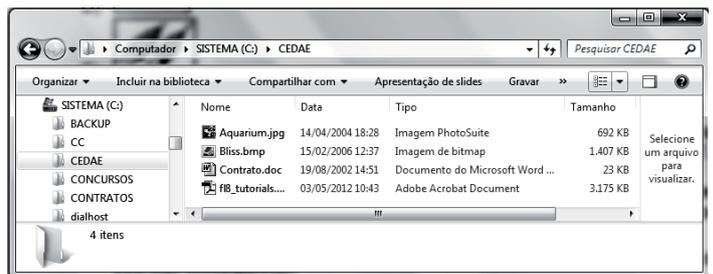
Essa figura é conhecida como barra de:

- A) Status
- B) Endereços
- C) Comandos
- D) Favoritos
- E) Menus

13. Atualmente, impressoras são conectadas a um microcomputador por meio de interfaces USB. Por padrão, o conector utilizado é:

- A)
- B)
- C)
- D)
- E)

14. Observe a figura abaixo, que ilustra um modo de exibição, no Windows Explorer, de arquivos armazenados na pasta *CEDAE*, no disco C:, em um microcomputador com sistema operacional Windows 7 Professional.



Nesse caso, o modo de exibição é conhecido como:

- A) Ícones Pequenos
- B) Lado a Lado
- C) Conteúdo
- D) Detalhes
- E) Lista

15. Observe as figuras I e II que ilustram, respectivamente, a Faixa de Opções e um dos grupos lógicos de comandos no *Word2010BR*.



figura I



figura II

O grupo lógico da figura II é mostrado na tela quando se aciona a seguinte guia na Faixa de Opções:

- A) Revisão
- B) Inserir
- C) Exibição
- D) Página Inicial
- E) Layout da Página

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Presidência da República tem, nos últimos dias, apresentado críticas às instituições financeiras pelos juros cobrados nas suas operações de crédito. Essa análise decorre da repartição de competências legislativas estabelecidas pelo texto constitucional. Em termos de competência estabelecida pela Constituição Federal, cabe à União, privativamente, legislar sobre:

- A) assistência pública
- B) sistema monetário
- C) direito do consumidor
- D) direito tributário
- E) produção

17. Na estruturação do Poder Judiciário Nacional quanto à organização da Justiça do Trabalho é correto afirmar:

- A) Os Tribunais Regionais do Trabalho devem atuar em um estado da federação e possuir, pelo menos, dez integrantes, nomeados pelo Presidente da República.
- B) As Varas do Trabalho atuarão em composição coletiva com representante dos empregados e dos empregadores.
- C) O Tribunal Superior do Trabalho é composto por integrantes originários da magistratura de carreira, do Ministério Público e da advocacia, nomeados pelo Presidente da República.
- D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é órgão vinculado ao Conselho Nacional de Justiça e presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- E) A competência da Justiça do Trabalho abrange as relações estatutárias dos servidores públicos por sua natureza de relação de trabalho.

18. No âmbito das discussões de determinada Comissão Parlamentar de Inquérito surgiu o requerimento de oitiva do Procurador-Geral da República. A referida autoridade é nomeada pelo Presidente da República. Nos termos da Constituição Federal, a sua destituição depende de iniciativa do seguinte órgão:

- A) Senado Federal, com votação prévia na Câmara dos Deputados
- B) Presidente da República, com votação prévia no Senado Federal
- C) Câmara dos Deputados, com destituição pelo Presidente da República
- D) população e votação posterior no Senado e na Câmara dos Deputados
- E) Assembleias Legislativas, com destituição pelo Senado

19. No âmbito das competências privativas do Senado Federal, figura a arguição e aprovação de candidatos a ocupar determinados cargos públicos. Dentre os cargos previstos no texto constitucional, figura o de:

- A) Juiz de Tribunal Regional Federal
- B) Ministro de Tribunal de Contas estadual
- C) Secretário de Fazenda de Território
- D) Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal
- E) Diretor do Banco Central do Brasil

20. No que concerne à ação popular constitucional, nos termos da lei que a regula, é correto afirmar que são considerados nulos os seguintes atos ou contratos que sejam de:

- A) operação bancária com o valor do bem dado em hipoteca superior ao constante em escritura pública.
- B) empreitada, quando houver disputa mediante licitação, com a escolha do menor preço.
- C) compra e venda de imóveis sem concorrência quando o preço for inferior ao de mercado.
- D) concessão de licença de importação ou exportação quando resultarem em exceção ao empresário.
- E) operação de empréstimo do Banco Central quando o valor dos bens dados em garantia for superior ao da avaliação.

21. O Deputado Federal Y pretende, no curso do seu mandato, aprovar projeto de construção de usinas de cana de açúcar no seu reduto eleitoral, mas tem seu pleito indeferido pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse caso, é correto afirmar que:

- A) o projeto que objetivar a destinação de recursos para determinado município pode ser aprovado após a votação e sanção da lei orçamentária anual, mesmo que a lei não contenha previsão sobre tal despesa
- B) projeto não incluído na lei orçamentária anual consta das vedações aplicáveis ao orçamento sendo proibido
- C) o projeto poderia ser aprovado mediante a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes
- D) poderia ocorrer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa
- E) para o projeto apresentado poderia ocorrer a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social

22. No regime jurídico das águas públicas, é correto afirmar que o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos, será realizado mediante o seguinte fato:

- A) exploração direta pelos municípios onde os potenciais estão localizados
- B) concessão a entidades sem fins lucrativos para preservação econômica
- C) exploração por meio de permissão para pessoas jurídicas de direito privado
- D) concessão direta ao Distrito Federal que centraliza a atuação em energia
- E) autorização a entidades administradas por integrantes de etnias carentes

23. Nos termos da Constituição Federal, as águas subterrâneas ou fluentes pertencem ao domínio do(a):

- A) União Federal
- B) Estado federado
- C) Distrito Federal
- D) Município
- E) Autarquia

24. Sendo necessária a intervenção pública em áreas contíguas ao desenvolvimento de obra realizada pelo Estado, nos termos da normativa que rege a espécie, ocorre a denominada desapropriação por:

- A) área
- B) zona
- C) distrito
- D) interesse
- E) confisco

25. Nos termos da lei que regula a responsabilidade fiscal dos órgãos públicos, para que ocorra a criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa, a referida ação será acompanhada de:

- A) ações de aperfeiçoamento do projeto a vigorar nos exercícios relacionados ao mandato do administrador
- B) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes
- C) previsão legislativa de inclusão futura no orçamento com o fito de proporcionar novos recursos para a consecução dos atos necessários
- D) previsibilidade no planejamento orçamentário do órgão que coordenou a criação do projeto
- E) cálculos de projeção de aumento de tributos a proporcionar os recursos necessários ao novo empreendimento

26. O município WW, diante de necessidades emergenciais, pretende contratar, por prazo determinado, de forma temporária, trabalhadores para o exercício de atividades decorrentes de circunstâncias não previstas ordinariamente. Nesse caso, consoante as normas constitucionais federais, haverá de existir:

- A) lei federal determinando regras gerais sobre contratação temporária de servidores públicos
- B) lei estadual do local onde o município for situado, permitindo, em linhas gerais, a contratação de trabalhadores para a prestação de serviços extraordinários
- C) lei municipal autorizando, excepcionalmente, a contratação temporária de servidores para trabalho no serviço público
- D) lei constitucional estadual, autorizando, no âmbito do Estado e dos municípios, a contratação temporária de servidores públicos
- E) lei constitucional distrital, permitindo que todos os órgãos públicos das demais esferas de governo e da federação possam contratar servidores temporários

27. Caio, com justo título e boa-fé, pretende registrar determinada servidão imobiliária, aduzindo exercício incontestado e contínuo. Para que seja reconhecido o seu direito, o prazo para o exercício, segundo as regras do Código Civil, será de:

- A) vinte anos
- B) trinta anos
- C) cinco anos
- D) dez anos
- E) quinze anos

28. O usufruto é disciplinado pelo Código Civil. Segundo o regime aplicado, leia as assertivas abaixo:

- I- O usufrutuário é obrigado a dar ciência ao dono de qualquer lesão produzida contra a posse da coisa, ou os direitos deste.
- II- Se a coisa estiver segurada, incumbe ao usufrutuário pagar, durante o usufruto, as contribuições do seguro.
- III- Se o usufrutuário fizer o seguro, ao mesmo caberá o direito dele resultante contra o segurador.
- IV- Se um edifício sujeito a usufruto for destruído sem culpa do proprietário, será este obrigado a reconstruí-lo.
- V- Incumbem ao usufrutuário as despesas extraordinárias de conservação dos bens no mesmo estado em que os recebeu.

A alternativa correta é:

- A) I e II são verdadeiras
- B) I, II e III são verdadeiras
- C) I, IV e V são falsas
- D) IV e V são verdadeiras
- E) I, II e V são falsas

29. Dentre os itens abaixo arrolados, a alternativa que **não** pode ser objeto de hipoteca, consoante as regras do Código Civil, é:

- A) o domínio direto
- B) o domínio útil
- C) as estradas de ferro
- D) os navios
- E) o direito pessoal de uso

30. Segundo as regras vigentes, considera-se que existe aquisição por usucapião quando:

- A) o usucapiente, por dois anos ininterruptamente e sem oposição, exercer posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados, cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando o imóvel para sua moradia.
- B) o usucapiente possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra não superior a cem hectares, em zona rural, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
- C) o usucapiente possuir, como sua, área urbana de até trezentos metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D) o usucapiente, por cinco anos, sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel, independentemente de título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- E) o usucapiente, por dois anos, possuir bem imóvel de até duzentos e cinquenta metros quadrados, mesmo que possua outros bens imóveis no local do bem que pretende usucapir.

31. Nos termos do Código Civil em vigor, sobre a mora é correto afirmar que:

- A) decorre do não pagamento do valor estipulado contratualmente pelo devedor, mas não se aplica à recusa pelo credor.
- B) não se caracteriza caso o local da obrigação seja modificado sem a comunicação prévia ao devedor
- C) é plenamente caracterizada diante da recusa injustificada de recebimento da prestação pelo credor no local e na forma pactualmente ajustada.
- D) incide mesmo diante da constatação de que as parcelas devidas, em relação jurídica continuativa, estão sendo corretamente pagas.
- E) estabelece dois padrões diversos de análise caso seja efetuada pelo credor ou pelo devedor.

32. Caio foi contratado, sem concurso público, para trabalhar em autarquia vinculada ao Estado Y. Constada a irregularidade de sua contratação, foi instado pelos órgãos de auditoria a devolver os valores que lhe foram pagos, a qualquer título, pelo exercício do cargo. Nos termos da interpretação mais adequada à hipótese, a alternativa correta é:

- A) Constatada a nulidade da contratação, que confronta normas constitucionais, todos os valores percebidos devem ser devolvidos aos cofres públicos.
- B) Apesar da nulidade detectada, a devolução de quaisquer valores não deve ocorrer por aplicação do princípio da motivação dos atos administrativos.
- C) O trabalhador terá o direito ao pagamento de salários e fundo de garantia, vedadas demais verbas indenizatórias.
- D) Com base na teoria do enriquecimento sem causa, além dos valores percebidos são devidas as verbas rescisórias gerais decorrentes da demissão imotivada.
- E) Havendo representação sindical ativa, a demissão do contratado dependerá de homologação para ter validade.

33. O empregado Júnior, manteve contrato regular com a empresa JCWW, regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo período de vinte e quatro meses, tendo gozado de um período de férias. No curso do segundo ano de trabalho, ausentou-se para realizar atividades particulares por trinta e cinco dias, não justificando as suas faltas ao empregador. Observados tais parâmetros, Júnior terá direito, quanto ao segundo ano de atividade no emprego, a um período de férias de:

- A) trinta dias
- B) vinte dias
- C) dez dias
- D) zero dia
- E) cinco dias

34. A Contribuição Sindical é prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e consiste, para os empregados, qualquer que seja a forma da remuneração, no pagamento de importância correspondente à remuneração de:

- A) um dia de trabalho
- B) dois dias de trabalho
- C) três dias de trabalho
- D) quatro dias de trabalho
- E) cinco dias de trabalho

35. Da decisão proferida por Tribunal Regional do Trabalho, em recurso ordinário vinculado a dissídio individual, que afronta súmula da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, cabe o recurso denominado:

- A) Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho
- B) Extraordinário para Turma do Supremo Tribunal Federal
- C) Especial para Turma do Tribunal Superior do Trabalho
- D) Revista para Seção do Tribunal Superior do Trabalho
- E) Revista para o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho

36. Editada lei municipal majorando indevidamente a alíquota do Imposto sobre Serviços, o controle de constitucionalidade da citada norma poderá ser realizado por Ação:

- A) Direta de Inconstitucionalidade
- B) de Procedimento Ordinário
- C) Rescisória
- D) Direta de Constitucionalidade
- E) Popular Tributária

37. Consoante a jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal, na importação de veículo destinado ao uso de pessoa física que não é comerciante ou empresária, não deve incidir o seguinte imposto:

- A) de renda, pessoa física
- B) sobre a propriedade de veículo automotor
- C) de circulação de mercadorias e serviços
- D) sobre produtos industrializados
- E) sobre propriedade mobiliária

38. O denominado imposto incidente sobre doações em dinheiro tem as seguintes características, consoante a Constituição Federal:

- A) é federal, administrado pela Receita Federal da União e repartido pelos entes federados.
- B) é estadual, tem os limites de alíquota fixados pelo Senado Federal, e será pago ao Estado onde domiciliado o doador.
- C) é municipal, administrado pela Secretaria de Fazenda, sendo a alíquota determinada pela Câmara dos Vereadores.
- D) é distrital, fixadas as alíquotas e base de cálculo por lei votada pela Câmara Distrital
- E) é federativo, podendo ser criado por qualquer ente, sendo a alíquota fixada por ato da Câmara dos Deputados e a base de cálculo, pelo órgão legislativo local.

39. A União Federal resolve apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional para instituir tributo incidente sobre a Região Sul do Brasil, aduzindo que ali estão concentrados os brasileiros mais abonados, com vista a melhorar a redistribuição de renda. Sob o aspecto constitucional, tal iniciativa no campo da tributação colide com o princípio da(o):

- A) uniformidade geográfica
- B) imunidade tributária
- C) discriminação regional
- D) equilíbrio socioeconômico
- E) diferenciação geopolítica

40. A União Federal resolve, por meio de Instrução Normativa, impor multa pela não apresentação de Declaração de Contribuições e Tributos Federais no prazo fixado em lei. Entende-se que tal ato está eivado de vício, por violar o princípio da:

- A) isonomia
- B) isenção
- C) legalidade
- D) uniformidade
- E) origem

41. Caio promove ação de cunho declaratório em face de Mévio, obtendo sentença favorável que, após esgotados os recursos, veio a transitar em julgado. Estiges, terceiro desinteressado, não concorda com o resultado do processo, dado a seus laços de amizade com Mévio. Sobre o assunto “coisa julgada”, revela-se correto afirmar:

- A) Os terceiros desinteressados são atingidos pelos efeitos naturais da sentença transitada em julgado.
- B) A sentença e a coisa julgada têm efeitos *inter partes* e *erga omnes* em relação a terceiros interessados, com idênticos efeitos vinculantes.
- C) Em assunto de rescindibilidade da coisa julgada, permite-se o exercício da ação cabível por partes, terceiros interessados e terceiros desinteressados.
- D) A coisa julgada tem efeitos *extra partes* nos conflitos individuais, atingindo os terceiros de qualquer natureza.
- E) Os limites objetivos da coisa julgada atingem os fundamentos, as questões prejudiciais e o pedido.

42. No que concerne à nova lei do Mandado de Segurança é correto afirmar que:

- A) É vedada a concessão de liminar em caso de entrega de bens ou mercadorias provenientes do exterior.
- B) O depósito de valores não pode ser determinado como medida de contracautela no caso de deferimento de medida liminar.
- C) Da decisão do Juiz de Primeiro Grau que conceder liminar cabe agravo interno direcionado ao Presidente do Tribunal.
- D) Os efeitos da medida liminar irrecorrida permanecerão até o trânsito em julgado, mesmo se improcedente o pedido.
- E) Caso o impetrante crie obstáculos para o regular andamento do processo, deixando de praticar atos por mais de trinta dias, será declarada a perempção da liminar.

43. As decisões do Tribunal de Contas, quando fixam alcance estabelecendo valores que devem ser cobrados de responsáveis identificados, devem ser submetidas:

- A) à inscrição em dívida ativa e cobrança pelo rito da Lei de Execuções Fiscais
- B) a registro em banco de dados de devedores e ao rito da Lei de Execuções Fiscais
- C) ao rito do procedimento ordinário, de natureza comum e cognitiva como se fosse ação de cobrança de crédito
- D) ao procedimento comum sumário, com audiência de conciliação a propiciar acordo pelos devedores
- E) ao rito da execução normal, sem necessidade de registro em banco de dados ou dívida ativa

44. Nos termos da lei geral das desapropriações, quando o município pretender desapropriar cotas de empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização deve ocorrer a edição de autorização por:

- A) decreto do Governador do Estado
- B) lei municipal de iniciativa do Prefeito
- C) decreto do Presidente da República
- D) lei federal de iniciativa do Congresso Nacional
- E) lei estadual de iniciativa do Governador do Estado

45. No que concerne à ação discriminatória de terras devolutas, nos termos da lei que a regula, é correto afirmar:

- A) No processo discriminatório judicial será observado o procedimento ordinário de que trata o Código de Processo Civil.
- B) A petição inicial será instruída com o planta da área pretendida declarar como terra pública.
- C) A citação será feita pessoalmente, vedada a editalícia, para todas as partes, inclusive as ignoradas.
- D) Da sentença proferida caberá apelação somente no efeito devolutivo, permitida a execução provisória.
- E) A demarcação da área será realizada somente em execução definitiva sentença, valendo esta, para efeitos de registro, como título de propriedade.

46. Em se tratando de ações possessórias, consoante a regulamentação estabelecida pelo Código de Processo Civil é correto afirmar:

- A) É ilícito ao autor cumular pedido com desfazimento de plantação feita em detrimento da sua posse.
- B) O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de esbulho e, reintegrado em caso de turbação.
- C) Determinada a citação caso a liminar tenha sido indeferida, o autor providenciará a citação do réu em dez dias.
- D) Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- E) Estando a petição inicial devidamente instruída, o Juiz designará audiência de justificação sem a expedição do mandado liminar de manutenção.

47. No regime atual do agravo de instrumento, considera-se correta a decisão do Relator do recurso que:

- A) converter em agravo retido o agravo de instrumento interposto contra decisão que deferiu medida liminar
- B) requisitar informações ao Juiz prolator da decisão atacada para que preste informações em trinta dias
- C) atribuir efeito suspensivo ao recurso, comunicando aos tribunais superiores o inteiro teor da sua decisão
- D) intimar o agravado para que, no prazo de vinte dias, responda aos termos do recurso interposto
- E) negar seguimento ao recurso interposto por contrariar jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça

48. Na atual arquitetura do agravo interposto contra decisão proferida em recurso extraordinário ou recurso especial, de natureza indeferitória, é correto o seguinte comentário quanto ao recurso em referência:

- A) Deve ser instrumentalizado com cópias dos autos originais.
- B) Merece o pagamento de custas e despesas de porte e retorno.
- C) Será não conhecido caso interposto fora do prazo de cinco dias.
- D) Terá provimento caso a decisão colida com súmula do STF.
- E) Converter-se-á em retido com a remessa dos autos ao Juízo de origem.

49. Ocorrendo relevante questão de direito, que faça conveniente prevenir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do tribunal, poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar. Reconhecendo o interesse público na assunção de competência, esse órgão colegiado julgará o recurso. Essa disposição aplica-se ao recurso de:

- A) Apelação
- B) Agravo Retido
- C) Embargos de Declaração
- D) Agravo em Recurso Especial
- E) Embargos Infringentes

50. A alternativa que indica um dos requisitos estabelecidos em âmbito constitucional para diminuir o número de processos que aportam ao Supremo Tribunal Federal, notadamente o recurso extraordinário, é:

- A) prequestionamento implícito
- B) repercussão geral
- C) prequestionamento explícito
- D) alegação de violação de lei federal
- E) súmula repetitiva de recursos

PROVA DISCURSIVA

Utilize o número de linhas disponibilizadas, para responder as 3 (três) questões apresentadas a seguir.

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

QUESTÃO 1

A Companhia de Abastecimento AlfaBeta, no exercício das suas funções, é instada a realizar serviço de manutenção em rede de água e esgoto, vindo a estabelecer contato com mecanismos da rede de energia elétrica administrado pela empresa PentaGama. Devido a manuseio equivocado, a tarefa de manutenção causou grave prejuízo à rede de energia e, por consequência, acarretou a ausência de fornecimento da mesma energia elétrica para milhares de pessoas da região atingida. Instada administrativamente a se pronunciar sobre o evento, a Companhia AlfaBeta ficou-se silente, o que levou a empresa PentaGama a propor ação de responsabilidade civil por danos causados pelo evento descrito. A par disso, vários dos prejudicados pela ausência de fornecimento de energia ingressaram com ações indenizatórias em face da empresa PentaGama, distribuídas a vários juízos cíveis. Diante do narrado, aponte as características principais da responsabilidade civil indicada, bem como dos institutos processuais passíveis de aplicação.

GRADE DE AVALIAÇÃO - QUESTÃO 1

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Responsabilidade	0 a 25
B- Aspectos Processuais	0 a 10
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 2,5
D- Correção gramatical	0 a 2,5

QUESTÃO 2

Caio propõe ação pelo procedimento ordinário em face de Tucidades, buscando a condenação do réu no pagamento de R\$ 500.000,00. O pedido é julgado procedente, havendo recurso recebido no duplo efeito. No julgamento do referido recurso há provimento por maioria de votos, gerando o recurso seguinte que também é julgado por maioria de votos, mas mantido o acórdão proferido no julgado anterior. Após apresentado recurso de esclarecimento, improvido, Caio apresenta recurso, dirigido a tribunal superior, que veio a ser inadmitido. Não ocorreram mais recursos. Diante disso, os autos foram remetidos ao Juízo de primeiro grau onde Tucidades inicia a execução da verba sucumbencial arbitrada em dez por cento do pretendido por Caio, que é de iniciativa do seu advogado Diógenes. Comunicado regularmente da execução, Caio resta inerte. Procede-se a seguir à penhora pelo sistema de informática, que resta ineficaz. Não foram obtidas informações quanto ao patrimônio de Caio. Analise a questão quanto ao aspecto dos recursos e da execução.

GRADE DE AVALIAÇÃO - QUESTÃO 2

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Recursos	0 a 15
B- Execução	0 a 10
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 2,5
D- Correção gramatical	0 a 2,5

QUESTÃO 3

A empresa pública SWB tem necessidade premente de realizar serviços de engenharia em valores de pequena monta, identificados pelo estatuto normativo próprio como adequados à modalidade mais simples de licitação. Feitos os preparativos, apresentaram propostas quatro empresas: WW, KE, YY e QQ que, analisadas quanto à idoneidade, foram aprovadas para a segunda fase. Nesse momento, a empresa WW, inconformada com o acolhimento da idoneidade da empresa YY, apresentou recurso administrativo, que restou improvido. Inconformada, apresentou ação judicial, cuja tutela de urgência foi indeferida, e apresentou o recurso cabível, improvido. Houve recurso a tribunal superior que, acolhendo parcialmente as alegações do recorrente, determinou a integração do licitante impugnado, anulando a decisão de primeiro grau. Os autos retornaram ao Juízo de origem, sendo o licitante impugnado citado, tendo apresentado defesa. As únicas provas apresentadas pelas partes foram documentais, por adequadas ao deslinde da questão. Houve nova sentença submetida a revisão, sem recursos das partes, e que foi mantida, sendo o pedido julgado procedente para retirar a empresa YY do certame. Durante o período do procedimento judicial, a contratação dos serviços restou suspensa, o que perdurou por dois anos. O agente administrativo da empresa SWB retomou os procedimentos e declarou vencedora a empresa KE, pelo menor preço, que foi convocada para assinar contrato. Analise o texto de acordo com os itens pertinentes ao Direito Administrativo e Processual envolvidos.

GRADE DE AVALIAÇÃO - QUESTÃO 3

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Aspectos Processuais	0 a 15
B- Ação cabível	0 a 5
C- Licitação	0 a 5
D- Clareza, coesão e coerência	0 a 2,5
E- Correção gramatical	0 a 2,5

QUESTÃO 1

RASCUNHO

05

10

15

20

25

QUESTÃO 2

RASCUNHO

05

10

15

20

25

QUESTÃO 3

05

10

15

20

25

RASCUNHO